



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE GENALDI FERREIRA ZUMBA, JOSE FABIO SOARES FERREIRA, ARZENALDO P...  
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: fbc9f196-a26e-4b6f-83c1-200745e3fbc0

# BALANÇO FINANCEIRO

---

## 2020



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO – PE – ISOLADO**

**BALANÇO FINANCEIRO**

2020

---

**RESOLUÇÃO N°110/2020**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - PE**

OS DE LIRA, EDER MARCONE VIEIRA



## APRESENTAÇÃO

O Balanço Financeiro Individual por Entidade (BFI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), através do item 3, da Parte V, da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06.

JOÃO EUDES BEZERRA FILHO, CONTABILIDADE PÚBLICA:

*“O Balanço Financeiro é a demonstração contábil que evidencia o fluxo financeiro de uma entidade pública. A partir do saldo inicial das disponibilidades, são acrescentadas as Receitas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias (incluídos nestas os Restos a Pagar e Serviço da Dívida a Pagar inscritos no exercício). Ao serem deduzidas das Despesas Orçamentárias e das baixas Extra-Orçamentárias, obter-se-á o saldo das disponibilidades ao final do período analisado (dia, mês ou ano). O Balanço Financeiro exigido pela Lei Federal nº 4.320/19.”*

As operações de natureza orçamentária e financeiras que deram suporte a elaboração deste balanço sofreu interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*,



respectivamente.

As ferramentas contábeis disponíveis para a Elaboração deste balanço foram registradas em sistema de Contabilidade Pública SCP9, homologado e disponibilizado pela empresa Fiorilli, o processamento de dados é totalmente informatizado, em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Sendo operacionalizados durante o exercício de 2020. Sendo realizado este processamento pelos servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, devidamente assessorados pela M V ASSESSORIA E CONSULTORIA MUNICIPAL.

O item 5, Balanço Financeiro, apresenta o comparativo entre as receitas previstas e as despesas realizadas com proporcionando a apresentação dos resultados da execução orçamentária in praxe exercício. Os dados são evidenciados neste balanço, a saber, o excesso ou déficit de arrecadação, a economia orçamentária e informações relacionadas a restos a pagar processados e não processados. Como forma de esclarecer de transparente e de forma analítica é anexado ao balanço as notas explicativas devidamente elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 110, de 09 de dezembro de 2020, conforme anexos XIX e XX, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão. Para que haja uma maior acessibilidade por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCEPE.

Analisando os dados de 2020, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram R\$ 25.870.110,41. E os ingressos extraorçamentários R\$ 5.063.833,19, TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS R\$ 5.198,21. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na



ordem de R\$ 14.334.617,36. Os desembolsos extraorçamentários foram de R\$ 5.997.925,04. As transferências financeiras concedidas foram no total de R\$ 12.764.594,11. Os saldos vindos do exercício anterior 31/12/2019 totalizou R\$ 3.154.183,22. O saldo ao final do exercício (31/12/2020) foi de R\$ 996.188,52.

Em suma o Balanço Financeiro, conforme o art. 103 da Lei nº 4.320/64, é o demonstrativo que evidencia as receitas e despesas orçamentárias e os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, considerando também saldos provenientes do exercício anterior bem como aqueles que serão transferidos ao próximo ano (BRASIL, 1964). Dessa forma, percebe-se que, enquanto o Balanço Orçamentário trata apenas das transações contidas no orçamento anual e se atenta somente ao ano referente, o Balanço Financeiro trata da totalidade de recebimentos e pagamentos,

A seguir será apresentado o Balanço Financeiro na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

JOSE GENALDI FERREIRA ZUMBA

PREFEITO

Eder Marccone Vieira Contador

CRC/PE nº 027904/0-8



**PREFEITURA DE SAO JOAO**  
**ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO**  
 Dezembro(31/12/2020)

Exercício de 2020

**ISOLADO:2 - PREFEITURA DE SAO JOAO**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>25.870.110,41</b>	<b>23.210.225,10</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>14.334.617,36</b>	<b>11.061.845,75</b>
<b>TESOURO</b>		<b>25.870.110,41</b>	<b>22.249.088,98</b>	<b>TESOURO</b>		<b>14.334.617,36</b>	<b>11.061.845,75</b>
<b>GERAL TOTAL</b>		<b>39.596,57</b>	<b>143.582,79</b>	<b>GERAL</b>		<b>14.334.617,36</b>	<b>11.061.845,75</b>
<b>ORDINARIO</b>		<b>25.830.510,57</b>	<b>22.105.506,19</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>		<b>12.764.594,11</b>	<b>13.881.036,50</b>
<b>REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>		<b>3,27</b>	<b>0,00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO</b>		<b>12.111.004,66</b>	<b>13.753.247,56</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</b>		<b>0,00</b>	<b>961.136,12</b>	<b>ORÇAMENTARIA</b>		<b>12.111.004,66</b>	<b>13.753.247,56</b>
<b>GERAL</b>		<b>0,00</b>	<b>961.136,12</b>	<b>REPASSE CONCEDIDO</b>		<b>12.111.004,66</b>	<b>13.753.247,56</b>
<b>TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>		<b>5.198,21</b>	<b>2.549.584,62</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS</b>		<b>653.589,45</b>	<b>127.788,94</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>5.198,21</b>	<b>2.549.584,62</b>	<b>PARA O RPPS</b>		<b>0,00</b>	<b>127.788,94</b>
<b>REPASSE RECEBIDO</b>		<b>5.198,21</b>	<b>2.549.584,62</b>	<b>OUTROS APORTES PARA O RPPS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS</b>		<b>5.063.833,19</b>	<b>5.129.789,58</b>	<b>OUTROS APORTES PARA O RPPS</b>		<b>653.589,45</b>	<b>0,00</b>
<b>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</b>		<b>1.228.846,42</b>	<b>1.638.598,36</b>	<b>PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS</b>		<b>5.997.925,04</b>	<b>5.035.548,41</b>
<b>RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO</b>		<b>0,00</b>	<b>114.946,32</b>	<b>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</b>		<b>1.048.249,42</b>	<b>1.658.092,23</b>
<b>RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO</b>		<b>1.228.846,42</b>	<b>1.523.652,04</b>	<b>RP NÃO PROCESSADOS PAGOS</b>		<b>0,00</b>	<b>384.621,67</b>
<b>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</b>		<b>3.820.801,65</b>	<b>3.472.655,93</b>	<b>RP PROCESSADOS PAGOS</b>		<b>1.048.249,42</b>	<b>1.273.470,56</b>
<b>CONTRIBUIÇÃO AO RGPS</b>		<b>123.456,99</b>	<b>177.732,27</b>	<b>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</b>		<b>4.875.741,60</b>	<b>3.361.359,90</b>
<b>DEPÓSITOS E CAUÇÕES</b>		<b>2.925,00</b>	<b>0,00</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO AO RGPS</b>		<b>82.587,76</b>	<b>338.046,76</b>
<b>ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES</b>		<b>99,80</b>	<b>963,86</b>	<b>ISS</b>		<b>0,00</b>	<b>236.874,90</b>
<b>ISS</b>		<b>431,96</b>	<b>689,09</b>	<b>OUTROS CONSIGNATÁRIOS</b>		<b>787.463,25</b>	<b>764.996,57</b>
<b>OUTROS CONSIGNATÁRIOS</b>		<b>488.628,12</b>	<b>438.669,44</b>	<b>OUTROS DEPÓSITOS</b>		<b>742.372,41</b>	<b>203.629,94</b>
<b>OUTROS DEPÓSITOS</b>		<b>25.302,55</b>	<b>491.760,99</b>	<b>OUTROS VALORES RESTITUIVEIS</b>		<b>340.840,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OUTROS VALORES RESTITUIVEIS</b>		<b>653.066,02</b>	<b>0,00</b>	<b>PENSÃO ALIMENTÍCIA</b>		<b>40.580,53</b>	<b>6.666,56</b>
<b>PENSÃO ALIMENTÍCIA</b>		<b>48.215,20</b>	<b>42.183,56</b>	<b>PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA</b>		<b>7.370,73</b>	<b>24.542,47</b>
<b>PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA</b>		<b>9.848,80</b>	<b>11.889,76</b>	<b>RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>		<b>2.641.784,22</b>	<b>1.595.654,00</b>
<b>RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>		<b>2.246.724,24</b>	<b>2.133.221,15</b>	<b>RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES</b>		<b>3.625,50</b>	<b>1.818,23</b>
<b>RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES</b>		<b>3.395,96</b>	<b>1.593,57</b>	<b>RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS</b>		<b>229.117,20</b>	<b>189.130,47</b>
<b>RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS</b>		<b>218.707,01</b>	<b>173.952,24</b>	<b>OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>		<b>73.934,02</b>	<b>16.096,28</b>
<b>OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>		<b>14.185,12</b>	<b>18.535,29</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO AO RGPS A COMPENSAR</b>		<b>52.148,36</b>	<b>0,00</b>
<b>CONTRIBUIÇÃO AO RGPS A COMPENSAR</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO</b>		<b>21.785,66</b>	<b>16.096,28</b>
<b>CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO</b>		<b>14.185,12</b>	<b>18.535,29</b>	<b>FAMÍLIA PAGO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDOS DO EXERC. ANTERIOR</b>		<b>3.154.183,22</b>	<b>2.243.014,58</b>	<b>SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE</b>		<b>996.188,52</b>	<b>3.154.183,22</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>3.154.183,22</b>	<b>2.243.014,58</b>	<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>996.188,52</b>	<b>3.154.183,22</b>
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</b>		<b>148.999,58</b>	<b>76.943,38</b>	<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</b>		<b>156.032,36</b>	<b>148.999,58</b>
<b>BANCOS</b>		<b>60,00</b>	<b>0,00</b>	<b>BANCOS</b>		<b>0,00</b>	<b>60,00</b>
<b>CONTA ÚNICA</b>		<b>3.005.123,64</b>	<b>2.166.071,20</b>	<b>CONTA ÚNICA</b>		<b>840.156,16</b>	<b>3.005.123,64</b>
<b>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>34.093.325,03</b>	<b>33.132.613,88</b>	<b>TOTAL</b>		<b>34.093.325,03</b>	<b>33.132.613,88</b>

JOSE GENALDI FERREIRA ZUMBA  
 PREFEITO  
 795.479.314-15

EDER MARCONI VIEIRA  
 CONTADOR  
 042.014.874-40

MARIA PEREIRA VASCONCELOS  
 TESOUREIRO  
 014.215.933-60

**PREFEITURA DE SAO JOAO**  
**ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO**  
Dezembro(31/12/2020)



2 of 2

Exercício de 2020

ISOLADO:2 - PREFEITURA DE SAO JOAO

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior

\_\_\_\_\_  
JOSE GENALDI FERREIRA ZUMBA  
PREFEITO  
795.479.314-15

\_\_\_\_\_  
EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.014.874-40

\_\_\_\_\_  
MARIA PEREIRA VASCONCELOS  
TESOUREIRO  
014.215.933-60



# PREFEITURA DE SAO JOAO

## ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

### B) QUADRO ANEXO

Dezembro(31/12/2020)

ISOLADO:2 - PREFEITURA DE SAO JOAO

Exercício de 2020

1 of 1

#### B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
1 TESOIRO	30.339.781,70	4.469.671,29	25.870.110,41	26.834.996,87	4.585.907,89	22.249.088,98
1 ORDINARIO	30.300.181,86	4.469.671,29	25.830.510,57	26.691.414,08	4.585.907,89	22.105.506,19
100 GERAL TOTAL	39.596,57	0,00	39.596,57	143.582,79	0,00	143.582,79
111 REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3,27	0,00	3,27	0,00	0,00	0,00
5 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAL-VINCULADO	0,00	0,00	0,00	961.136,12	0,00	961.136,12
S						
110 GERAL			0,00	961.136,12		961.136,12
<b>TOTAL</b>	<b>30.339.781,70</b>	<b>4.469.671,29</b>	<b>25.870.110,41</b>	<b>27.796.132,99</b>	<b>4.585.907,89</b>	<b>23.210.225,10</b>

JOSE GENALDI FERREIRA ZUMBA  
PREFEITO  
795.479.314-15

EDER MARCONE VIEIRA  
CONTADOR  
042.014.874-40

MARIA PEREIRA VASCONCELOS  
TESOUREIRO  
014.215.933-60



## a) Informações Gerais:

<b>Nome do órgão ou entidade:</b> Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO – PE ( PMSJ)
<b>Natureza jurídica (conforme código da RFB):</b> 124-4 - Município.
<b>CNPJ:</b> 10.146.371/0001-30
<b>Domicílio do órgão ou entidade:</b> RUA AUGUSTO PEIXOTO,31 – CENTRO – SÃO JOÃO-PE. CODIGO DO MUNICÍPIO: 2613206
<b>Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:</b> Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) as quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Conformidade Contábil (ICC) do TCE-PE.
<b>Consolidação das demonstrações contábeis:</b> A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, conforme relação a seguir: 1) Câmara Municipal de Vereadores de São João; 2) Prefeitura Municipal de São João; 3) Fundo Municipal de Saúde (FMS); 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 5) Fundo de Previdência Própria dos Servidores Municipais de São João - PE.
<b>Dados do gestor (Prefeito do Município):</b> Nome: José Genaldi Ferreira Zumba. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2020 a 31/12/2020
<b>Dados do contador da Prefeitura e demais Fundos responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e elaboração das notas explicativas:</b> Nome: Eder Marconi Vieira. CRC-PE nº PE-027904/O-8. E-mail: eddervieira@gmail.com
<b>Dados do Secretário de Finanças responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal:</b> Nome: MARIA PEREIRA VASCONCELOS .
<b>Dados do Controlador Geral do Município:</b> Nome: JOSÉ FÁBIO SOARES FERREIRA.
<b>Nome do Software de Contabilidade utilizado no município:</b> Fiorilli – SCPI
<b>Endereço eletrônico do Portal da Transparência:</b> <a href="http://saojoao.pe.gov.br/transparencia">www. http://saojoao.pe.gov.br/transparencia</a>





## B) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

### **b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:**

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis não foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 110/2020 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não

houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

**b.2. Bases de mensuração utilizadas:** O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

**b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:** Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

**b.2.2 Créditos a curto prazo:** Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

**b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:** São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

**b.2.4 Estoques:** Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

**b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:** Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2020, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2020, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

**b.2.6 Imobilizado:** O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

**b.2.7 Intangível:** Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da



respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

**b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:** Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

**b.2.9 Passivo circulante e não circulante:** As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

**b.2.10 Empréstimos e financiamentos:** Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

**b.2.11 Provisões:** As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

**b.2.12 Apuração do resultado:** No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

**b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:** Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

**b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:** Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.



## C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS

### c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>25.870.110,41</b>	<b>23.210.225,10</b>
<b>TESOURO</b>		<b>25.870.110,41</b>	<b>22.249.088,98</b>
GERAL TOTAL		39.596,57	143.582,79
ORDINARIO		25.830.510,57	22.105.506,19
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		3,27	0,00
<b>TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS</b>		<b>0,00</b>	<b>961.136,12</b>
GERAL		0,00	961.136,12
<b>TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>		<b>5.198,21</b>	<b>2.549.584,62</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>5.198,21</b>	<b>2.549.584,62</b>
REPASSE RECEBIDO		5.198,21	2.549.584,62
<b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS</b>		<b>5.063.833,19</b>	<b>5.129.789,58</b>
<b>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</b>		<b>1.228.846,42</b>	<b>1.638.598,36</b>
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	114.946,32
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.228.846,42	1.523.652,04
<b>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</b>		<b>3.820.801,65</b>	<b>3.472.655,93</b>
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		123.456,99	177.732,27
DEPÓSITOS E CAUÇÕES		2.925,00	0,00
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		99,80	963,86
ISS		431,96	689,09
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		488.628,12	438.669,44
OUTROS DEPÓSITOS		25.302,55	491.760,99
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		653.066,02	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA		48.215,20	42.183,56
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		9.848,80	11.889,76
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		2.246.724,24	2.133.221,15
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		3.395,96	1.593,57
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		218.707,01	173.952,24
<b>OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>		<b>14.185,12</b>	<b>18.535,29</b>
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS A COMPENSAR		0,00	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		14.185,12	18.535,29
<b>SALDOS DO EXERC. ANTERIOR</b>		<b>3.154.183,22</b>	<b>2.243.014,58</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>3.154.183,22</b>	<b>2.243.014,58</b>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA		148.999,58	76.943,38
BANCOS		60,00	0,00
CONTA ÚNICA		3.005.123,64	2.166.071,20
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>34.093.325,03</b>	<b>33.132.613,88</b>

**Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA:** O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2020 foi de R\$ 25.870.110,41.

**Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS:** O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 5.198,21

**Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS:** Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 5.063.833,19, sendo R\$ 3.820.801,65, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 1.228.846,42 relativo a inscrição dos restos a pagar.



DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>14.334.617,36</b>	<b>11.061.845,75</b>
<b>TESOURO</b>		<b>14.334.617,36</b>	<b>11.061.845,75</b>
<b>GERAL</b>		<b>14.334.617,36</b>	<b>11.061.845,75</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>		<b>12.764.594,11</b>	<b>13.881.036,50</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>12.111.004,66</b>	<b>13.753.247,56</b>
<b>REPASSE CONCEDIDO</b>		<b>12.111.004,66</b>	<b>13.753.247,56</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</b>		<b>653.589,45</b>	<b>127.788,94</b>
<b>OUTROS APORTES PARA O RPPS</b>		<b>0,00</b>	<b>127.788,94</b>
<b>OUTROS APORTES PARA O RPPS</b>		<b>653.589,45</b>	<b>0,00</b>
<b>PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS</b>		<b>5.997.925,04</b>	<b>5.035.548,41</b>
<b>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR</b>		<b>1.048.249,42</b>	<b>1.658.092,23</b>
<b>RP NÃO PROCESSADOS PAGOS</b>		<b>0,00</b>	<b>384.621,67</b>
<b>RP PROCESSADOS PAGOS</b>		<b>1.048.249,42</b>	<b>1.273.470,56</b>
<b>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</b>		<b>4.875.741,60</b>	<b>3.361.359,90</b>
<b>CONTRIBUIÇÃO AO RGPS</b>		<b>82.587,76</b>	<b>338.046,76</b>
<b>ISS</b>		<b>0,00</b>	<b>236.874,90</b>
<b>OUTROS CONSIGNATÁRIOS</b>		<b>787.463,25</b>	<b>764.996,57</b>
<b>OUTROS DEPÓSITOS</b>		<b>742.372,41</b>	<b>203.629,94</b>
<b>OUTROS VALORES RESTITUIVEIS</b>		<b>340.840,00</b>	<b>0,00</b>
<b>PENSÃO ALIMENTÍCIA</b>		<b>40.580,53</b>	<b>6.666,56</b>
<b>PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA</b>		<b>7.370,73</b>	<b>24.542,47</b>
<b>RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>		<b>2.641.784,22</b>	<b>1.595.654,00</b>
<b>RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES</b>		<b>3.625,50</b>	<b>1.818,23</b>
<b>RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS</b>		<b>229.117,20</b>	<b>189.130,47</b>
<b>OUTROS PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS</b>		<b>73.934,02</b>	<b>16.096,28</b>
<b>CONTRIBUIÇÃO AO RGPS A COMPENSAR</b>		<b>52.148,36</b>	<b>0,00</b>
<b>CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO</b>		<b>21.785,66</b>	<b>16.096,28</b>
<b>SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE</b>		<b>996.188,52</b>	<b>3.154.183,22</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>996.188,52</b>	<b>3.154.183,22</b>
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA</b>		<b>156.032,36</b>	<b>148.999,58</b>
<b>BANCOS</b>		<b>0,00</b>	<b>60,00</b>
<b>CONTA ÚNICA</b>		<b>840.156,16</b>	<b>3.005.123,64</b>
<b>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>34.093.325,03</b>	<b>33.132.613,88</b>

**Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA:** A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 14.334.617,36.

**Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS:** O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 12.764.594,11.

**Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS:** Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 5.997.925,04. Deste valor os restos a pagar processados e não processados somam R\$ 1.048.249,42, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 4.875.741,60.

**Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE:** O valor disponível em bancos em 31/12/2020 foi de R\$ 996.188,52.



## D) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

- d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:** Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
- d.2. Divulgações não financeiras:** Não se aplica a este demonstrativo.
- d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:** Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
- d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:** Não há o que registrar quanto a este demonstrativo

## e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020
R\$ 0,00	R\$ 0,00

## F) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

SALDO EM 31/12/2019	SALDO EM 31/12/2020
0,00	0,00

## G) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XI DA RESOLUÇÃO TCE- PE Nº 110/2020 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

### G.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

### G.2. Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço Financeiro:



As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

## H) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

### ANEXO XIV

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para reconhecimento e registro da despesa orçamentária.	Metodologia para reconhecimento e registro da despesa.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Desenvolvimento de metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Metodologia para controle de destinação por fontes de recursos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para reconhecimento e registro da receita e despesa orçamentária do ente, bem como, para controle de destinação por fontes de recursos.	Sistema de Informações Contábeis - SIC.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento de metodologia para registro de créditos a receber, por competência.	Metodologia para registro dos créditos a receber.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para registro do crédito a receber por competência.	Sistema de Informações Contábeis - SIC.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Estabelecer metodologia para ajustes para perdas para os créditos a receber registrados por competência.	Metodologia de ajuste para perdas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do sistema à metodologia local de ajuste para perdas.	SIC adequado à metodologia de ajustes para perdas.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações e provisões por competência.	Metodologia de reconhecimento de obrigação e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12//2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para registro de obrigações e provisões por competência.	SIC adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência.	Setor de Contabilidade	31/12//2020	Em andamento
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	Metodologia de reconhecimento de ativo e passivos contingentes.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	SIC adequado à metodologia de registro de ativos e passivos contingentes e em notas explicativas.	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, além de rotinas para a depreciação e exaustão sistematizadas dos mesmos.	Metodologia de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Elaboração de procedimentos para sistematização da reavaliação e do ajuste ao valor recuperável dos ativos.	Metodologia de reavaliação e "impairment" periódicos dos ativos.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistemas para registro e controle do imobilizado (móveis e imóveis).	SIC adequado a metodologia de registro e controle do imobilizado, bem como à depreciação e exaustão dos mesmos.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
Levantamento em nível local do patrimônio da entidade e registro no sistema.	Relatório do SIC com detalhamento do patrimônio do ente, com base em perícia ou referência de mercado.	Secretaria da Câmara	31/12//2020	Em andamento
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectivas depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.				



Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis; respectivas depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Desenvolvimento e operacionalização de rotina de depreciação e exaustão do imobilizado.	Metodologia de operacionalização da depreciação e exaustão.	Secretaria da Câmara	31/12/2020	Em andamento
Adequação do SIC aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados.	SIC adequado à metodologia de depreciação, reavaliação "impairment", etc. dos elementos patrimoniais	Setor de Contabilidade	31/12/2020	Em andamento
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para reconhecimento e mensuração das obrigações por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigação por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações por competência, decorrentes de benefícios e empregados.	Setor de Contabilidade	31/12/2018	Em andamento
Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos e rotinas contábeis para mensuração e reconhecimento das obrigações com fornecedores por competência.	Metodologia de mensuração e reconhecimento de obrigação com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Aquisição/desenvolvimento de Sistema para mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	SIC adequado à metodologia de mensuração e registro de obrigações com fornecedores por competência.	Setor de Contabilidade	31/12/2015	Concluída
Elaboração de eventos para registro contábil dos fenômenos levantados anteriormente.	Relatório com eventos que registram os fenômenos anteriores com base no PCASP estendido.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Aquisição / Desenvolvimento de sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam carregados.	SIC adequado ao PCASP estendido e aos eventos.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento do exercício.	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Adequação do SIC às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	SIC adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de regra / fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade.	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste das demonstrações contábeis para o novo padrão, com a inclusão das fórmulas.	Template de DCASP adequadas à novas demonstrações contábeis.	Setor de Contabilidade	-	Concluída
Ajuste em sistemas para inclusão do novo modelo de DCASP.	SIC adequado à metodologia de levantamento das DCASP a partir do PCASP estendido e das demais informações.	Setor de Contabilidade	-	Concluída

SÃO JOÃO -PE , 31 de dezembro de 2020.

José Genaldi Ferreira Zumba

Prefeito

Eder Marcone Vieira Contador

CRC/PE nº 027904/0-8